

CARTA ABERTA À SOCIEDADE CONTRA A REVOGAÇÃO DO CUIDADO EM LIBERDADE

Estamos aqui para manifestar nossa indignação com a informação de que o governo federal pretende revogar as portarias que garantem que o tratamento na Saúde Mental seja feito em liberdade. O governo já havia anunciado seu interesse em privatizar os serviços de saúde e, neste ano, já reduziu significativamente os investimentos nestes serviços. No entanto, o anúncio agora é acabar de vez com os serviços públicos em saúde mental. Diante de uma pandemia, com um número crescente de pessoas adoecendo psiquicamente e sem trabalho, é um total desrespeito e irresponsabilidade com a população.

A rede de Saúde Mental é composta por diversos serviços como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Serviços Residenciais Terapêuticos para pessoas que ficaram muitos anos internadas em hospitais psiquiátricos (SRT), Equipes de Consultório na Rua, voltadas para pessoas em situação de rua (CNAr), Serviços de Emergência (SAMU), Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

Os serviços criados pela Reforma Psiquiátrica compõem o SUS e garantem um tratamento humanizado, em liberdade e no território. Ou seja, as pessoas e seus familiares são acompanhadas em serviços próximos de sua casa. Isso é fruto de conquistas de políticas públicas a partir da Luta Antimanicomial, garantindo a Reforma Psiquiátrica. Esses movimentos se iniciaram no mundo na década 1970. Se contrapõem aos hospitais psiquiátricos (manicômios) e suas práticas segregantes e violentas. Portanto, houve muita luta para chegarmos até aqui.

No mundo todo, sabe-se que o cuidado em liberdade é mais humano e também mais eficaz, ajuda a diminuir a frequência de crises, instabilidades emocionais e o rompimento dos laços sociais. Diferente do que dizem os psiquiatras ligados à ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria) e ao CFM (Conselho Federal de Medicina), que estão apoiando as ações do atual governo federal. Sabemos bem que a motivação deste apoio é a vontade de voltar a lucrar com hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, que são muito lucrativas! Trata-se da tentativa de privatizar os serviços públicos a partir do encarceramento de pessoas.

Convidamos todos os Conselhos, Movimentos Sociais, Equipes de Saúde, familiares, usuários e população, de uma maneira geral, da região de Campinas e interior do estado de São Paulo a dialogarem com seus pares e apoiarem ações contra o “Revogaço”. Para ajudar na organização destes coletivos, criamos uma Frente Ampla Antimanicomial de Campinas e região do interior do estado de São Paulo.

FRENTE AMPLA ANTIMANICOMIAL DE CAMPINAS E INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

15 de Dezembro de 2020.

Assinam esta Carta, os seguintes Movimentos Sociais, Centros estudantis, Programas de Pós-Graduação e Conselhos de municípios do interior do estado de São Paulo:

Associação de Terapeutas Ocupacionais do estado de São Paulo (ATOESP)

Centro Acadêmico de Direito da Unesp de Franca (Cadir)

Conselho de Psicologia Subsede Campinas (CRP)

Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Campinas

Movimento da Luta Antimanicomial de Campinas (MLAC)

Movimento de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do estado de São Paulo

Conselho de Direitos Humanos de Campinas e Região

Movimento Popular de Saúde (MOPS)

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina

Representação discente do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Unicamp

Centro Acadêmico 27 de Agosto de Psicologia (PUC Campinas)